

Araçá, o urbanismo tático no programa de extensão Parque-Escola Chacrinha

Araçá, tactical urbanism in the Parque-Escola Chacrinha extension program

André Lopes dos Santos

Pós-graduando na Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil
andrenoriolopes@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2152351726148504>

Hugo Leonardo Cruz Nogueira

Arquiteto e urbanista, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil
hugoarq26@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2055039585877176>

Fernanda Nascimento Corgi

Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João del-Rei (DAUAP/UFSJ) e do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS/UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil
corgo@ufs.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/5823994983399863>

Márcia Saeko Hirata

Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João del-Rei (DAUAP/UFSJ) e do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS/UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil.
marciahirata@ufs.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/7305281540802533>

RESUMO: Buscamos relatar os processos desenvolvidos pelo Programa de Extensão Parque-Escola Chacrinha (PROEX/Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ), por meio das ações que envolveram parcerias institucionais no Bairro Araçá, em São João del-Rei, Minas Gerais, nos anos de 2014 e 2015 e que reverberam até hoje. A associação entre pesquisa, ensino e extensão na práxis oriunda da articulação de agentes, instituições e propostas coletivas são o eixo central do urbanismo tático aplicado no território. A partir da discussão da cidade como obra, voltamos à concepção do programa de extensão frente ao processo de crescimento neoliberal das cidades, e na busca por articulações comunitárias e institucionais que pautem as reivindicações populares como modo de ouvir e interagir através do Estado Democrático. Apresentamos, ao fim, a narrativa e a análise dos processos que culminaram na comunicação e execução de propostas para melhorias em equipamentos coletivos e reformas estruturais nas residências. A proposta vislumbra modos de ir do lugar às ideias, envolvendo processos do construir e habitar, e ampliando a convivência de alunos e professores que, no trabalho de campo, vivem e se misturam à realidade. A proposta é abrir interseções entre ensino, pesquisa e extensão, integrando-os junto a uma população receptiva e ávida por atenção, carente inclusive de necessidades básicas.

PALAVRAS-CHAVE: Articulação comunitária e institucional, Interdisciplinaridade, Urbanismo tático.

ABSTRACT: We seek to report the processes developed by the Parque-Escola Chacrinha Extension Program (PROEX/Federal University of São João del-Rei - UFSJ), through the actions that most involved institutional partnerships, located in Araçá, São João del-Rei, Minas Gerais, in the years of 2014 and 2015. The association between research, teaching and extension in the praxis arising from the articulation of agents, institutions and collective proposals, are the central axis of the tactical urbanism applied in the territory. From the discussion of the city as a work, we return to the conception of the extension program in the face of the neoliberal growth process of cities and community and institutional articulations that guide popular claims as a way of listening and interacting through the Democratic State. We present, at the end, the narrative and analysis of the processes that culminated in the communication and execution of proposals for improvement in collective equipment and structural reforms in the residences. The proposal envisions ways of going from place to ideas, reporting processes of building and inhabiting while living in the environment.

KEYWORDS: Community and institutional articulation, Interdisciplinarity, Tactical urbanism.

Introdução

A noção de que o planejamento urbano, observado em amplo sentido, escapa ao alcance da maior parte da população, de seus anseios e inclusive de suas demandas mais básicas, revela ao menos um contraste muito claro nesse processo: a cidade como obra e a cidade mercadoria, como expressão da unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca (Lefebvre, 2008).

O Estado, historicamente vinculado aos interesses de uma elite, reifica a soberania do valor de troca, mantendo assim a maior parte da população à margem das decisões e (por mais contraditório que seja) dos seus direitos constitucionais. Como ressalta Harvey (2005, p. 78):

O Estado antigo era [...] o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital.

É fato que a população, ao fruir da cidade, também a transforma, de acordo com a urbanidade que lhe cabe na trama de arranjos, valores e conhecimentos que residem na expressão do lugar construído. O modo de incorporação desses

critérios e vivências depende diretamente das condições oferecidas pelo lugar. O sentido prático de usufruto de espaços, utensílios, imagens e símbolos, configura um certo sentimento de pertença, que explicita no ser humano essa noção de urbanidade (Daveira, 1992).

Habitar, portanto, é viver dentro das possibilidades da vida atual e essas possibilidades decorrem de condições socioeconômicas, do modo de vida, da distância entre seus lugares de frequência (cidade, lazer, trabalho etc), do valor econômico das coisas necessárias, do tempo disponível para trabalhar no que é seu. Esses e outros fatores influem na dimensão tomada pelas moradas e seus moradores, constituindo suas próprias regras de urbanidade.

Gênese do Parque-Escola Chacrinha

O debate urbano hoje já não pode prescindir de considerações ambientais, as quais incluem também a dimensão social da apropriação do espaço urbano. A complexidade deste desafio contemporâneo encontra solo fértil para sua problematização na premissa de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão dos cursos; são exemplos disso, os cursos da Arquitetura, Biologia, Filosofia e Psicologia, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em Minas Gerais (Silva et al., 2017).

O Programa de Extensão Parque-Escola Chacrinha (PqC) – Edital PIBEX-UFSJ – foi fruto de uma iniciativa universitária, na qual estudantes de Arquitetura e Urbanismo e Ciências Biológicas, apoiados por professores das mais variadas áreas do conhecimento, iniciaram um processo de reabilitação de usos e ressignificação de espaços públicos a partir de oficinas e mutirões com moradores de comunidades socioambientalmente vulneráveis.

Chacrinha é o apelido do córrego Francisco Xavier, que passa ao fundo da vertente onde se encontram os bairros São Dimas, Cidade Nova, Araçá e Senhor dos Montes no município de São João del-Rei. Tendo sido fonte de água na construção do conjunto mais recente de casas do bairro (o habitacional São Dimas), em 1984, ele passou a fazer parte do imaginário e cotidiano da população local (Carneiro, 2009).

Como contam os moradores, a partir de meados da década de 1980, com a canalização do esgoto nos bairros circundantes, todos os cursos d'água das redondezas perderam o caráter de espaço de uso público e se tornaram locais inapropriados para o uso, devido ao despejo de resíduos das próprias comunidades e

do descompasso entre as leis ambientais inerentes à bacia, rede hídrica e o adensamento populacional nestas áreas (Carneiro, 2009).

As ações integradas ao território, iniciadas em meados de 2014, culminaram na institucionalização, em 2015, de tais anseios por meio do programa de extensão interdisciplinar junto a mais dois projetos de extensão relacionados à recuperação de áreas degradadas¹ e criação de Sistemas Agroflorestais² em parceria com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU),³ todos com foco na articulação dos diversos agentes intra e extra acadêmicos envolvidos na proposta. Este estudo se baseia na articulação do programa supracitado com o EMAU: Escritório de Práticas Projetuais Alternativas (EPPA), planejado em três frentes de atuação: “pirataria cívica”, arquitetura social e urbanismo tático.

O Parque Chacrinha desenvolve-se enquanto braço de atuação do Escritório, no urbanismo tático, desenvolvendo análises e práticas urbanas com maior envolvimento da sociedade e academia, de maneira interdisciplinar, tanto pela presença no cotidiano quanto pela integração entre canteiro e desenho durante as intervenções.

Urbanismo tático – O lugar das ideias

De acordo com Maricato (2000, p. 122):

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa.

Pode-se afirmar que as ideias estão fora do lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Ela, aliás, não

1 O Projeto de Extensão (PIBEX 2015) envolve a capacitação comunitária em recuperação de áreas degradadas por meio de técnicas e propostas alternativas.

2 Os SAF's (Sistemas Agroflorestais) é um projeto de extensão (PIBEX 2015) ligado a pesquisas acadêmicas já iniciadas e intervenções nas áreas degradadas a partir de oficinas/mutirões capacitatórios na área de atuação do Parque Chacrinha.

3 O EMAU é um projeto de extensão universitário ligado à pesquisa e ao percurso de graduação. Esse escritório surgiu da discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes de Arquitetura durante a graduação, com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também para afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida.

é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (Maricato, 2000).

O mesmo acontece nas universidades, que no geral são enquadradas em uma conceituação reificada da arquitetura ou da representação ideológica da cidade. Os legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas, visando a regularização de imóveis, são alimento fecundo da relação clientelista. A ilegalidade é, portanto, funcional para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo e para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor.

A urbanização, juntamente com os movimentos surgidos na década de 1960, estimulou o debate no âmbito do uso e do conceito de espaço público. Visto a existência atual de novos elos construídos ou a serem estabelecidos entre a produção e reprodução social, ou sociedade, território, economia e política, enfatiza-se a necessidade da valorização das questões urbanas desenvolvidas por movimentos sociais e organizações populares nas décadas de 70, 80 e 90 (Ribeiro, 1995). Araújo (2012) aponta que somente por meio do estabelecimento destas formas torna-se possível dar direcionamento democrático ao fluxo contínuo de transformações sociais. Harvey (2005) cita o ressurgimento do direito à cidade com os movimentos sociais, emergindo das ruas e dos bairros, ressaltando a existência do que James Holston (2008) defende como uma “cidadania insurgente”, com as lutas que continuam a existir acerca de quem deve configurar as características da vida urbana cotidiana.

Deste modo, o direito à cidade ressurgiu de ruas e bairros, de cidades doentes que fazem com que os movimentos pelo direito à cidade se encontrem em plena atividade através dos movimentos sociais, do grito por amparo de pessoas oprimidas pela transformação do espaço (Harvey, 2014). Considerando a disputa na formação urbana, há debates sobre a cooptação do urbanismo tático como um estágio ainda mais sofisticado do urbanismo neoliberal, devido principalmente a ausência de controles estatais sobre a qualidade e objetivo dos espaços públicos criados a partir da sociedade. Esta autoprodução do espaço neoliberal tende a atrair a comunidade para figurar ao lado das empresas privadas como propositoras de espaços públicos, agenciando o desejo de privatizar os lugares (Nogueira e Portinari, 2016).

Semelhante a esta discussão, a construção de moradias populares pelo grupo USINA,⁴ descritas nos trabalhos “O vício da virtude” (Oliveira, 2006) e “O anão caolho” (Lopes, 2006), traçam semelhante contraponto. Dentro de toda discussão

4 Fundada em junho de 1990 por profissionais de diversos campos de atuação como uma assessoria técnica a movimentos populares, a Usina CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) tem atuado no sentido de articular processos que envolvam a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, mobilizando fundos públicos em um contexto de luta pelas Reformas Urbana e Agrária.

da temática levantada, vamos nos ater aos aspectos de produção e circulação de casas como bens e mercadorias nos mutirões, para retomar a discussão sobre a produção neoliberal dentro do urbanismo tático no caso analisado.

Ao retratar a virtude, Chico de Oliveira aponta para um enviesamento ao analisar esse método sobre a produção da casa, mercadoria, que tirou o foco sobre o uso de “[...] recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstrói sua habitação e com isso rebaixa o custo de reprodução” (Oliveira, 2006, p. 68), o que acabou financiando a precária industrialização no Brasil ao tornar o trabalho de produção de moradias sem custos ao capital.

Em resposta, João Lopes, integrante do grupo Usina, com olhar mais próximo da prática do grupo e focado nas demandas da atualidade, descreve a situação de quem reduz sua visão, mas reconhece, com ressalvas, a disponibilização da casa ao mercado, a análise de desvalorização do trabalhador. Ao ilustrar a fluidez com que o capital se apropria dos diversos objetos disponíveis, Lopes recorda (2006, p. 223):

Um mutirante aproximou-se de mim e, olhando para os primeiros 8 prédios que estavam sendo concluídos, entabulou mais ou menos o seguinte raciocínio: “Veja só, gastei quatro anos da minha vida lutando e trabalhando por este projeto. Investi aqui mais ou menos 400 reais de dinheiro meu durante estes quatro anos. O financiamento vai ficar em 18.500 reais, aproximadamente, e quero pagá-lo no máximo em doze anos...”. E aí concluía: “E veja você: fácil, fácil vendo este apartamento, hoje, por 50 mil reais. Não é ótimo?”

Desse relato percebe-se a inserção desse tipo de construção no mercado imobiliário, que atende enquanto produto para negociação e aponta que tal produção pode, sim, ser usada enquanto meio de valorização do trabalho dos envolvidos. Porém, frente aos ideais do grupo em que tais ações pudessem gerar outra organização social da cidade, demonstra ainda estar longe tal intenção. Ao fim do texto, o autor direciona a atenção à autogestão, não autoconstrução ou mutirão, mas essa como tentativa de uma dialética dessas visões complementares, que em permanente mutação orientam outros modos de agir na construção do mundo.

Retomando a discussão sobre o urbanismo tático proposto pelo programa de extensão, destacamos as práticas realizadas, como os mutirões na comunidade para abrir poços, vias ou outros equipamentos públicos, como elementos mais fáceis de serem expropriados pelo mercado, porém de maior valor na formação de senso de comunidade e desmercantilização das coisas. O poder de negociação para os imóveis irregulares nas comunidades, que se organizaram para realização

de benfeitorias, amplia os sentidos de urbanidades e atingem também o valor de seu imóvel. Porém, frente ao histórico do Estado brasileiro em expropriar essas comunidades, o investimento assume-se como de grande risco, ainda que forçada a comunidade à construção dessas infraestruturas de subsistência.

Bauman (2009) ressalta que são nos lugares que se formam a experiência humana, onde ela é compartilhada e seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. No contexto da participação, Montaner e Muxí (2014) descrevem que esses processos não só permitem que os cidadãos reforcem o conhecimento sobre o seu bairro ou cidade, mas devem ser fundamentais tanto no início como na conclusão das obras. Ainda complementam: “Nenhuma intervenção urbana pode começar sem que os moradores intervenham no diagnóstico, e toda obra requer a opinião e a atividade dos usuários, a fim de valorizar e qualificar sua manutenção, de modo a interpretar sua pós-ocupação” (Montaner & Muxí, 2014, p. 219).

No desafio de ir do lugar às ideias, o envolvimento com as demandas ouvidas ao estender a sala de aula e articulá-la com os atores na transformação da realidade é o que tornou a universidade viva (Mayer, 2020). Ao considerar as experiências de vida dos estudantes envolvidos no PqC – em que a maior parte associava um cotidiano distante dessas ideias —, foram desejados os encontros entre quem habita/constrói com quem planeja/desenha. Durante a atuação no lugar, foi possível potencializar a vida das instituições e dos agentes envolvidos em outros arranjos.

Um ponto de chegada e partida no bairro Araçá

A visão de que diversos problemas sociais, como os altos índices de violência, a presença do tráfico de drogas, a inexistência ou ineficiência de equipamentos e ações de melhoria urbana, não são restritos a uma comunidade, e de que, em muitas das vezes, tais aspectos estão vinculados à uma região ou zona da cidade, fez com que as ações de reabilitação e requalificação de espaços públicos organizadas pelo Programa se expandissem gradativamente ao longo da encosta margeando a cidade formal, onde se encontram os bairros de atuação do PqC.

Dentre os espaços com maior histórico de violência, destaca-se a Rua Ângelo Tirapeli, localizada no Araçá, bairro de pequena extensão e confluência de conflitos em termos sociais e urbano-ambientais, entre os bairros do São Geraldo, Bela Vista e Senhor dos Montes. Durante o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a via foi palco de diversos homicídios, consequência de uma disputa acirrada

entre grupos envolvidos com tráfico de drogas e armas. Outro fator que ressalta a ineficiência das ações do poder público local em relação a essa comunidade revela-se na inexistência de obras de escoamento, recepção e destinação de águas pluviais, dado o fato de que o Araçá é o ponto de convergência do intenso volume pluvial proveniente das vias de grande declividade impermeabilizadas do entorno imediato.

Este fator, aliado ao intuito de reabilitação de usos do Centro Comunitário do bairro (edifício construído pela população e de controle da diocese Dom Bosco), fez com que as ações de duas unidades curriculares do curso de Arquitetura voltassem suas atividades para o bairro: “Canteiro e Desenho” e “Arquiteto Social”, ministrados pela professora Helena Marchisotti.

A priori, as propostas das unidades curriculares voltaram-se à procura de uma solução de baixo custo para a desaceleração do volume de água pluvial em um dos pontos da rua. Essa demanda foi apresentada pelos próprios moradores, tendo em vista que “enchentes” já haviam abalado as estruturas de duas residências nos períodos chuvosos anteriores.

Todavia, alguns moradores das residências atingidas pela falta de drenagem pluvial possuíam um conhecimento empírico e apontaram a necessidade de mais respaldo técnico e mais tempo para ser feita alguma intervenção realmente duradoura. Também foi obstáculo no lugar o impasse sobre a posse do terreno para a intervenção perante a prefeitura municipal, o que impossibilitou a ação dos discentes, dado o curto período das unidades curriculares (de duração bimestral).

A escolha de outro ponto de atuação na mesma localidade deu-se pelas inúmeras reclamações relacionadas ao ponto de ônibus do bairro, pois o equipamento havia se tornado ponto de consumo e venda de drogas, além da utilização como banheiro por parte dos usuários. Tais características foram determinantes para a escolha do local, que já não cumpria mais sua função, visto que os demais moradores preferiam esperar o transporte do outro lado da rua, devido ao mau cheiro e histórico de agressões no local (Figura 1).

Figura 1: Ponto de ônibus da Rua Ângelo Tirapeli.



Nota: detalhe para falta de assentos e sujidades no entorno do equipamento.

Fonte: programa de extensão Parque Chacrinha, fotografia de 2014.

Segundo Daveira (1992), o enfrentamento às condições de vida, próprias às comunidades, possibilita encaminhar propostas de solução. Havendo um certo lugar da reflexividade da comunidade, considerando assim o conjunto de qualidades (características) da sociabilidade da pessoa com o lugar, como facilitadora das incertas durezas cotidianas, “o corpo dessa reflexividade procura retomar, dentro das duras dificuldades, os caminhos possíveis para uma sociabilidade em exercício” (Daveira, 1992, p. 43).

Os desdobramentos das reflexões e interações consequentes da aproximação desses dois universos (universidade e comunidade) possibilitaram as ações de reforma e reabilitação de usos do ponto de ônibus do Araçá (Figuras 2, 3 e 4). A própria organização dos mutirões foi fruto de reuniões nas quais os moradores e estudantes agruparam-se, realizando um organograma no qual as habilidades e possibilidades de cada um eram colocadas para a viabilização da reforma do ponto de ônibus. Constitui-se assim um desenho e um canteiro produzido coletivamente.

Figura 2: Ponto de ônibus da Rua Ângelo Tirapeli, processo de reforma do equipamento com os moradores locais e o Programa de Extensão Parque Chacrinha, realizado em março de 2015.



Fonte: Programa de Extensão Parque Chacrinha.

Figuras 3 e 4: Urbanismo tático feito com o Programa de Extensão Parque Chacrinha e moradores, utilizando pintura com tinta de terra e grafite, e mosaico de refugos de cerâmica, respectivamente.



Fonte: Programa de Extensão Parque Chacrinha, fotografias de 2015.

A partir dessa primeira interação, na qual os moradores locais apontaram e dispuseram-se a trabalhar na melhoria das casas do entorno imediato ao ponto de ônibus, diversas ações foram realizadas ao longo dos meses seguintes na comunidade. As interações propostas pelo Programa culminaram em uma semana de mutirões realizados durante o Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura (EREA), em 2015 (Figura 5), através das unidades curriculares “Canteiro e Desenho”, “Arquiteto Social” e “Eficiência Energética”, este último ministrado por Laura Tavares. O evento contou com o apoio da Universidade Federal de São João del-Rei, Prefeitura Municipal e parcerias de serviços necessários às ações propostas.

Figura 5: Retirada de entulhos, reforma da cozinha e troca de telhado em residência na rua Ângelo Tirapeli, ação realizada em julho de 2015.



Fonte: Grupo Abraçá, criado por discentes da disciplina “Arquiteto Social”.

O fator aglutinante de todas essas ações foram as demandas do espaço urbano são-joanense, resultado do descaso e omissão do poder público para com grande parte da população, fato instigante e catalisador do desígnio de propostas.

A tríade ensino/pesquisa/extensão revelou-se como um ciclo para o desenvolvimento e aplicação na autoconstrução urbana, na lida das constantes modificações do espaço e ações nos modos de comunicar, ensinar e aprender com palavras e gestos. O caráter extensionista e integrado das unidades curriculares, do curso de Arquitetura e Urbanismo, possibilitou a ação no urbanismo tático, como interface para ampliar discursos e técnicas de produção (Corgi et al. 2015).

Nesse espaço horizontal, as ações, pelo envolvimento no canteiro e proximidade com a vida cotidiana, possibilitaram um ambiente propício para o desenvolvimento de novas experiências. As soluções dos encaminhamentos foram se firmando, evidenciadas na criação da Associação de Bairro Araçá seguida do arranjo na construção de passeio para pedestres e quebra molas (Figura 6), consequência direta não da influência das ações externas, mas sim da revitalização dos intuitos inerentes aos moradores, cidadãos, pertencentes à localidade,.

Figura 6: Ponto de ônibus, adição de calçada e quebra-molas na rua Ângelo Tirapeli, após 7 anos das ações extensionistas.



Fonte: os autores, fotografia de 2022.

Considerações finais

A cidade-obra remete a processos de produção que extrapolam a relação mercantilizada dominante, associam os eventos e destacam o valor de uso dos objetos e ações envolvidos no construir e habitar. Partimos da convivência com o lugar para compor soluções adequadas, junto às pessoas envolvidas nessa trama. Durante a atuação do Programa de Extensão Parque-Escola Chacrinha, enriquecemos a urbanidade dos envolvidos na proposta, desde os membros do programa até os envolvidos em suas ações, ao vivenciar outros lugares e ampliar o sentido de vida, dos lugares de lazer, trabalho e aprendizagem.

O processo de formação das periferias brasileiras, que geraram a sociabilidade observada hoje, foi o caminho adotado pelo PqC para realizar as ações necessárias, a partir das demandas comuns encontradas no habitar, transformadas pela força de contar com o próximo. Em nosso caso, além dos sujeitos, trazíamos as instituições governamentais, por meio da aplicação do campo de estudo através da extensão junto ao ensino e pesquisa da própria universidade, aumentando as possibilidades de arranjos intersetoriais do poder público para aplicação do conhecimento e produção do espaço. As interações empreendidas mostram a potência da relação entre os modos de produção da cidade formal e da cidade informal, na aproximação entre uma lógica de produção que preza pelo envolvimento com o que se tem de recursos humanos e materiais no momento, para arranjar, com todos os interessados, soluções e tarefas, incluindo o Estado, em suas diversas instituições para cumprir as necessidades da sociedade.

Destaca-se neste caso, a atuação como membros do Estado, por meio da instituição UFSJ que esteve presente no ensino e extensão, na articulação com comunidade, secretarias de saúde e habitação do município para contribuir com as ferramentas disponíveis no presente Estado democrático, com tentativas de autogestão da cidade. A produção desses momentos deve-se aos encontros possibilitados pela Universidade Federal, aos docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, que apontaram e confiaram em nossa errância pela cidade, aos discentes que aprenderam e ensinaram nessa comunhão com o mundo, aos diversos programas e projetos de extensão da universidade que se associaram ao encontro, às secretarias do poder municipal e organizações não governamentais que se apresentaram e, principalmente, à todas as mães dos bairros que abriram as casas com sorrisos e lamúrias, abrindo as portas da comunidade são-joanense em seus morros, becos, saberes e risadas.

REFERÊNCIAS

- Araújo, J. A. (2012) Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 31, 133 - 142.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carneiro, E. J. (2009). Formações territoriais urbanas em São João del-Rei (MG). ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE, Brasil.
- Corgi, F. N. ; Carvalho, J. C. B; Hirata, M. S.; Souza, H. M. (2015). O Potencial de pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade na premissa praxiológica de um plano pedagógico de curso de Arquitetura e Urbanismo. *Anais Habitar*, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Daveira, A. S. N. (1992). *A fala do povo: a reprodução do conhecimento no saber popular* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Lopes, J. M. (2006). O anão caolho. *Novos Estudos CEBRAP*, (76), 219-227.
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000300011>
- Maricato, E. (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- Mayer, J. G. M. (2020). Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, 8(2), .332-352.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/20368/19542>
- Montaner, J; Muxí, Z. (2014). *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Nogueira, P. C. E; Portinari, D. B. (2016). Urbanismo tático e a cidade neoliberal. *Arcos Design* 9, 177-188.
- Oliveira, F. (2006). O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil . *Novos Estudos CEBRAP*, (74), 67-85.
<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço* (2ª ed.). (Carlos Szlak, Trad.). São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2014). Contradicción 16: la relación del capital con la naturaleza. In: *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN.
- Lefebvre, Henri. (2008). *O direito à cidade* (5ª ed). (Rubens Eduardo Frias, Trad.). São Paulo: Editora Centauro.
- Ribeiro, A. C. T. (1995). Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. *Ensaio FEE*, 16, 556-590.
- Silva, G. S; Nogueira, H. L. C; Barcia, L. T. P; Negreiros, A. B; Hirata, M. S. (2017). Parque Escola Chacrinha: intervenções ambientais, culturais e urbanas. XIII Semana de Extensão Universitária, São João del-Rei, MG, Brasil.

♦ VOL. 13, 2025, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

